

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.386 - SP (2019/0247341-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : AUTO POSTO R A LTDA
ADVOGADO : NOEMIA APARECIDA PEREIRA VIEIRA - SP104016
AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
DEBORAH GONZALEZ DAHER - RJ147601
CAMILA MEDIM ABREU FRANÇA - SP262585
INTERES. : ALEXANDRE RODRIGUES REIMAO DE VASCONCELOS MAIA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por AUTO POSTO R A LTDA. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - SEGUNDA FASE - CONTA CORRENTE - PERÍCIA DETERMINADA PELO JUÍZO - Pretensão de que seja declarada a nulidade da r. sentença.

ADMISSIBILIDADE: Sem atentar para a imprescindível e necessária prova pericial, o Juízo sentenciou o processo após o Banco ter informado que estava diligenciando a localização dos documentos. A perícia não deveria ter sido eusteada somente pelo réu.

O custo da perícia deveria ser da parte autora, quando determinada de ofício pelo juiz, em função do que dizia o art. 33 do CPC de 1973, vigente na época. O artigo 95 do código atual estabelece que a remuneração do perito seja rateada pelas partes, ou seja, não somente pelo autor e nem somente pelo réu. É o caso de se anular a sentença em razão do cerceamento de defesa pela ausência de produção de prova pericial contábil, porque não foi concedido prazo razoável ao Banco para apresentar documentos e porque o custo da perícia não é somente do réu. RECURSO PROVIDO PARA ANULAR A R. SENTENÇA" (e-STJ fl. 1.390).

No recurso especial o recorrente sustenta a existência de violação ao artigo 917 do Código de Processo Civil de 1973, afirma, em síntese, *"a preclusão do direito do banco de apresentar a documentação essencial à realização da perícia, uma vez que, em várias oportunidades foi instado à fazê-lo e não o fez"* (e-STJ fl. 1.419).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Verifica-se que a tese de ocorrência de preclusão não foi debatida pelas

Superior Tribunal de Justiça

instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e tampouco foi objeto dos embargos de declaração opostos. Por esse motivo, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282 do STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"*.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 572, 614 E 618 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. NOTA PROMISSÓRIA. AUTONOMIA. EXIGIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. A tese vinculada aos dispositivos ditos malferidos realmente não foi analisada pelo Tribunal estadual e não foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de sanar omissão porventura existente, atraindo ao caso, portanto, o óbice da Súmula nº 282 do Supremo Tribunal Federal, inviabilizando o conhecimento do apelo nobre. (...) 3. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 92.209/SC, de minha relatoria, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/3/2013, DJe 26/3/2013).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais, em razão da ausência de arbitramento na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator